



Marcelo Zenkner
Rodrigo Pironti Aguirre de Castro
Coordenadores

COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO

Os sistemas públicos de integridade não podem ser mitigados ou resumidos apenas à ideia de conformidade, algo básico em qualquer Estado Democrático de Direito. A obra assume, neste contexto, uma fundamental importância não apenas para consolidar uma cultura de *compliance*, mas também para concretizar a integridade como um norte indispensável para o desenvolvimento das políticas públicas de qualquer governo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Área específica

DIREITO EMPRESARIAL

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO MUNICIPAL,
DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PÚBLICO.

Público-alvo/consumidores

Comunidade jurídica em geral (advogados, juízes, procuradores, membros do MP), servidores públicos, gestores públicos, agentes políticos, administradores de empresas, pesquisadores.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001688

C737

Compliance no setor público / Marcelo Zenkner; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

411p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0740-1

1. Direito Empresarial. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Municipal. I. Zenkner, Marcelo. II. Castro, Rodrigo Pironti Aguirre de. III. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). *Compliance no setor público*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 411p. ISBN 978-85-450-0740-1.

MARCELO ZENKNER

Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras. Ex-Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo. Ex-Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, o primeiro estado do Brasil a criar uma estrutura administrativa e a aplicar sanções administrativas com base na Lei Anticorrupção Empresarial e premiado pela Controladoria-Geral da União com o primeiro lugar no cumprimento das regras da Lei de Acesso à Informação (2015) e pelo Ministério Público Federal com o primeiro lugar no ranking dos melhores portais de transparência no Brasil (2015). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e Doutor em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Professor da FDV nos cursos de graduação e pós-graduação.

RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO

Pós-Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar Filho e em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado. Parecerista.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
UM OLHAR PARA A REALIDADE: <i>COMPLIANCE</i> NO SETOR PÚBLICO	17
APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO EM ESTADOS E MUNICÍPIOS E A QUESTÃO DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA	
Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega.....	19
Uma breve introdução à Lei Anticorrupção.....	19
Os desafios para Estados, Municípios e Distrito Federal na aplicação da Lei Anticorrupção.....	22
A questão dos acordos de leniência	24
Conclusão	32
Referências.....	33
DIREITO PREMIAL E OS INCENTIVOS À INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Cristiana Fortini, Fernanda Santos Schramm	35
1 O panorama do <i>compliance</i> na Administração indireta	35
2 Direito Premial: o papel dos incentivos no reporte de irregularidades	40
3 Direito Premial e os custos de agência na Administração indireta	44
4 Considerações finais: o impacto do Direito Premial sobre o <i>compliance</i> da Administração Pública indireta	48
Referências.....	50
<i>COMPLIANCE</i> E LGPD: UMA EXIGÊNCIA TAMBÉM PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Éryta Dallete Fernandes Karl	53
ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DE INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FEDERAL: UMA NECESSIDADE CONTEMPORÂNEA	
Flávio Rezende Dematté, Márcio Denys Pessanha Gonçalves	63
1 Introdução	63
2 A promoção da integridade pública por meio de sistemas estruturadores.....	64
3 Sistemas de integridade pública orientados pelo comportamento....	72
4 Conclusão	78
Referências.....	80
O PRINCÍPIO DA REALIDADE DA LINDB APLICADO À EXIGÊNCIA DE <i>COMPLIANCE</i> NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	
Irene Patrícia Nohara.....	83
1 Considerações introdutórias.....	83
2 Exigência de <i>compliance</i> segundo a Lei Anticorrupção	85
3 Programa de integridade e de conformidade pelo Município	88
4 Princípio da realidade e adaptação das exigências à realidade municipal	93
5 Conclusões	98
Referências	100
PREVENIR: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
Isadora Jinkings Melo Silva, Fabiana Vieira Lima, Francisco de Holanda Bessa	101
A TRANSPARÊNCIA COMO FERRAMENTA DA LEGITIMAÇÃO DO AGIR ESTATAL POR MEIO DO IMPULSIONAMENTO DA EFICIÊNCIA E INTEGRIDADE GOVERNAMENTAIS	
Leonardo de Araújo Ferraz.....	107
I Prolegômenos	107
II As transformações do Estado brasileiro e os contornos da eficiência como norma.....	111

III	A luta contra a corrupção do postulado de um Estado ético	113
IV	Transparência como vetor do controle social na busca de um Estado íntegro e eficiente	117
V	Considerações finais	120
	Referências	121

A PROTEÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO DENUNCIANTE COMO FUNDAMENTO DOS SISTEMAS DE INTEGRIDADE

Licurgo Mourão.....	123	
1	<i>Whistleblowing</i> : panorama e desafios	123
2	Legislação Recompensadora dos Denunciantes (LRD)	126
3	O <i>whistleblower</i> no plano internacional: referenciais estrangeiros	130
4	A proteção de testemunhas e a proteção dos denunciantes	135
5	Tipologias de regulamentações de disparo de alerta.....	138
6	Vias de indicações ou denúncias.....	140
7	Meios destinados ao fomento e proteção de denunciantes.....	141
	Conclusão	142
	Referências.....	144

A CULTURA DA INTEGRIDADE COMO ALICERCE DA SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO BRASIL

Luciana Asper Y Valdés	147	
1	Do contexto nacional, internacional e do impacto socioeconômico e financeiro da corrupção	147
2	Os preceitos de uma mudança de paradigma de negócios no Brasil	152
3	A cultura da integridade e os programas de <i>compliance</i>	155

INTEGRIDADE GOVERNAMENTAL E O NECESSÁRIO FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO

Marcelo Pontes Vianna.....	167	
	Introdução	167
1	<i>Compliance</i> no meio empresarial	169
2	Origem do controle interno	173
3	A integração das funções de controle interno com as demais funções de integridade	176
4	Desafios: a difusão do modelo de integridade governamental para toda a Administração Pública	179
	Conclusão	181
	Referências.....	182

SISTEMAS PÚBLICOS DE INTEGRIDADE: EVOLUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Marcelo Zenkner	185	
1	Notas introdutórias.....	185
2	Proposta em tramitação no Congresso Nacional.....	189
3	Sistema de Integridade do Poder Executivo Federal	190
4	Sistema de Integridade do Estado do Espírito Santo.....	192
5	Sistema de Integridade do Estado de Santa Catarina.....	193
6	Sistema de Integridade do Estado do Paraná	194
7	Sistema de Integridade do Estado do Mato Grosso	195
8	Sistema de Integridade do Estado de Minas Gerais	196
9	Sistema de Integridade do Estado de Mato Grosso do Sul.....	198
10	Sistema de Integridade do Distrito Federal.....	199
	Conclusões finais.....	199

CONTROLADORIA, PLANEJAMENTO E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 201 |

Marco Aurélio Borges de Paula, Leila Insaurral de Moreno.....	201	
	Referências.....	208

A IMPORTÂNCIA DAS OUVIDORIAS PARA OS SISTEMAS DE INTEGRIDADE GOVERNAMENTAIS

Mário Spinelli	211
I Introdução	211
II Sistemas de integridade governamental.....	212
III Canais de denúncias para reportes de desvios éticos e de conduta	213
IV Anonimato e confidencialidade	216
V Tratamento e priorização de denúncias.....	217
VI Monitoramento do canal de denúncia	218
VII A operacionalização dos canais de denúncia.....	218
VIII O sistema de investigações de denúncias	219
IX O papel das ouvidorias na proteção dos denunciantes.....	220
X Considerações finais	221
Referências.....	222

A UTILIZAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha.....	223
Introdução	223
1 A evolução do sistema de <i>compliance</i> e integridade do setor privado ao público	225
1.1 Breve síntese da evolução do sistema de <i>compliance</i> no setor privado.....	226
1.1.1 Gerações do <i>compliance</i>	226
1.1.2 Princípios fundantes da efetividade do sistema de <i>compliance</i>	229
1.2 Disseminação do <i>compliance</i> no setor público	230
1.2.1 <i>Compliance</i> público no cenário internacional.....	231
1.2.2 Cenário nacional e as primeiras iniciativas de <i>compliance</i> público no Brasil	232
2 Análise e gestão de riscos de <i>compliance</i> e integridade.....	234
2.1 Análise e avaliação dos riscos	235
2.1.1 Conceituação e fatores	235
2.1.2 Metodologia de avaliação	237
2.2 Gestão de riscos de <i>compliance</i> e integridade nos contratos públicos	241
2.2.1 Estratégias de gerenciamento.....	243
2.2.2 Medidas de mitigação.....	244
Conclusão	247
Referências.....	247

A ARTE DE EXIGIR PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ATO DE CORAGEM OU LOUCURA?

Mirela Miró Zilioto	251
1 Introdução	251
2 A exigência de programas de integridade e <i>compliance</i> nas contratações públicas	255
3 Aspectos relevantes da exigência de implementação de programas de integridade e <i>compliance</i>	258
3.1 Constitucionalidade da exigência.....	259
3.2 Fiscalização e efetividade da exigência.....	263
3.3 O caso da Petrobras.....	267
4 Conclusão	270
Referências.....	271

ÉTICA E GESTÃO DA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA

Nuno Miguel Cunha Rolo.....	275
1 Noções gerais e fundamentais de ética	275
2 Ética pública: perspectiva interna.....	282
2.1 Carta ética da Administração Pública	288
2.2 Cartas éticas, códigos de ética e códigos de conduta	291
2.2.1 Códigos de conduta: criação e procedimento administrativo.....	294
3 Ética pública: perspectiva internacional	301

4	Gestão da ética e ética como instrumento de gestão.....	303
4.1	Abordagens e instrumentos da gestão da ética	306
4.2	A gestão da ética na perspectiva da OCDE.....	308
5	Ética e profissionalismo: considerações finais	317
	Referências.....	322

A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL À LUZ DO NOVO INSTITUCIONALISMO E DO ISOMORFISMO

Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	327
Novo institucionalismo e isomorfismo	328
Gestão de riscos na Administração Pública	331
Conclusão	335
Referências.....	336

CONTRATAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA E A EQUIVOCADA ESCOLHA PELA MODALIDADE DO PREGÃO

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Mirela Miró Ziliotto	339
Introdução	339
1 A lógica da licitação no ordenamento jurídico brasileiro.....	340
1.1 Balizas constitucionais para contratação pela Administração Pública.....	341
1.2 Regime Jurídico Geral das Contratações Públicas – Lei Federal nº 8.666/1993	342
1.2.1 A contratação direta: dispensa e inexigibilidade.....	345
1.2.1.1 Inexigibilidade de licitação	346
1.3 O pregão	348
1.3.1 Hipóteses de cabimento	349
2 Inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos profissionais especializados.....	351
2.1 Requisitos	354
2.2 Posicionamento do Tribunal de Contas da União.....	356
2.3 Serviços de consultoria jurídica como serviços técnicos profissionais altamente especializados	358
3 Contratação de programas de integridade e <i>compliance</i> pela Administração	359
3.1 Sistema de <i>compliance</i> : serviço altamente complexo e prestado por profissionais técnicos dotados de notória especialização	362
3.2 A incompatibilidade da modalidade pregão com serviços jurídicos de implementação de <i>compliance</i>	364
Conclusão	364
Referências.....	365

A DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE E O GRAU DE RISCO DE INTEGRIDADE COMO FATORES LIMITADORES DO RELACIONAMENTO PÚBLICO-PRIVADO: QUESTÕES POLÊMICAS EM UMA ANÁLISE OBJETIVA

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro	367
1 É possível solicitar o preenchimento de questionário de integridade aos interessados em contratar ou manter relacionamento com a Administração Pública?.....	367
2 Qual o momento oportuno para se exigir o preenchimento de questionário de integridade aos interessados em contratar ou manter relacionamento com a Administração Pública? É possível condição restritiva à participação em processos licitatórios, por exemplo?.....	368
3 É juridicamente possível, por meio de ato administrativo, ser estabelecido um Indicador de Grau de Risco para as empresas interessadas em contratar com a Administração?	373

A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO À INTEGRIDADE E NÃO À CORRUPÇÃO

Tatiana Camarão	375
-----------------------	-----

1	A Lei Anticorrupção enquanto lei pró-integridade e a busca pelo aprimoramento da gestão das contratações e da governança institucional.....	375
2	Da necessidade do diagnóstico e da providência profilática ante o prognóstico de uma corrupção endêmica da Administração Pública.....	378
3	Conclusão	388
	Referências.....	388

**COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA:
A PERSPECTIVA DO CIDADÃO**

	Valdir Moysés Simão	391
1	Introdução	391
2	O controle na gestão pública	394
3	A gestão da ética no setor público	402
4	Conclusão	403
	Referências.....	404
	SOBRE OS AUTORES.....	407